



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
CNPJ 00.399.857/0001-26



**NOTAS EXPLICATIVAS DAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 junho de 2021**

SUMÁRIO

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 – Contexto Operacional	3
NOTA 2 – Apresentação das Demonstrações e Principais Práticas Contábeis.....	3
NOTA 3 – Caixa e Equivalentes de Caixa	4
NOTA 4 – Crédito a Curto Prazo: Faturas	5
NOTA 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	6
NOTA 6 – Realizável a Longo Prazo	8
NOTA 7 – Investimentos: Participações Permanentes	9
NOTA 8 – Imobilizado.....	10
NOTA 9 – Intangível	11
NOTA 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciária e Assistencial.....	11
NOTA 11 - Fornecedores e Contas a Pagar	12
NOTA 12 – Obrigações Fiscais.....	13
NOTA 13 – Demais Obrigações.....	13
NOTA 14 – Obrigações a Longo Prazo.....	15
NOTA 15 – Patrimônio Líquido	16
NOTA 16 – Receita Líquida	17
NOTA 17 – Despesas Administrativas.....	18
NOTA 18 – Outras Despesas	18
NOTA 19 – Outras Receitas	18
NOTA 20 – Despesas/Receitas Financeiras.....	19
NOTA 21 – Transferências Financeiras e Ganhos/Perdas	20
NOTA 22 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	20
NOTA 23 – Demonstração dos Fluxos de Caixa	21
NOTA 24 – Demonstração do Valor Adicionado.....	21
NOTA 26 – Programa de Assistência à Saúde: Codevasf-Saúde	21
NOTA 27 – Entidade Fechada de Previdência Privada	22

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2º TRIMESTRE DE 2021

NOTA 1 – Contexto Operacional

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf – é empresa pública com capital social pertencente integralmente à União, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, criada pela Lei nº 6.088/1974 e suas alterações, é ainda regida pela Lei 13.303/2016 e, subsidiariamente, pela Lei 6.404/1976, por seu Estatuto Social e demais normas de direito aplicáveis.

Tem por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo das bacias hidrográficas que compõem sua área de atuação. Também visa a promoção do desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários. Assim, cumprindo sua função social de desenvolvimento das bacias hidrográficas de forma integrada e sustentável, e contribuir para a redução das desigualdades regionais, estando suas competências definidas no artigo 6º do seu Estatuto Social.

NOTA 2 – Apresentação das Demonstrações e Principais Práticas Contábeis

- a) As demonstrações financeiras evidenciam as informações relevantes e tempestivas ocorridas no período, e são apresentadas em comparação com o período anterior, de forma acumulada;
- b) As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância às disposições da Lei 6.404/76 e dos Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e estão apresentadas com valores expressos em reais, exceto quando indicado de maneira diversa;
- c) Caixa e Equivalentes de Caixa referem-se a Recursos da Conta Única Aplicados, Bancos, Fundo de Aplicação Extramercado e Limite de Saque da Conta Única;
- d) Transações envolvendo certos ativos e passivos referentes a perdas relacionadas às contas a receber e provisões com riscos tributários, cíveis e trabalhistas, são quantificadas por meio de estimativas, as quais refletem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação;
- e) As aplicações de curto prazo estão registradas pelo valor original e são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício. Todos os recursos aplicados são prontamente conversíveis em moeda;
- f) Os estoques de almoxarifado estão registrados pelo custo de aquisição;
- g) A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos (bens patrimoniais), sendo esses seguros reconhecidos na despesa pelo seu período de cobertura;

- h) O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, sendo a depreciação calculada pelo método linear, mediante aplicação de taxas estabelecidas pelo Decreto nº 9.580/2018 e Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.700/2017;
- i) As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência;
- j) As Perdas Estimadas de Valores a Receber são calculadas considerando a Tarifa D'água-K1 e a Titulação de Terras;
- k) O ativo intangível composto por direito de uso e programas de software é demonstrado pelo custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear;
- l) Face a empresa ser estatal dependente do Tesouro Nacional, e em cumprimento ao que determina o item 9.4 do Acórdão TCU nº 2016/2006, alterado pelo Acórdão TCU nº 23/2008, e considerando que a empresa tem a sua contabilidade executada no Siafi, ressalta-se que não há divergência entre os valores dos Balanços Patrimoniais levantados sob os regimes das contabilidades pública e societária.

BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 3 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Numerários disponíveis ou aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, que podem ser convertidas em dinheiro no curto prazo.

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	31-jun-2021	31-dez-2021
CTU - Recursos Da Conta Única Aplicados	37.942.865,33	39.695.076,70
Demais Bancos	62.468,33	31.591,23
Fundo de Aplicação - Extra mercado	51.333.349,47	51.333.349,47
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – O.F.S.S.	64.512.081,81	34.154.169,09
Total	153.850.764,94	125.214.186,49

- a) CTU – Recursos da Conta Única Aplicados - são os recursos próprios arrecadados, aplicados por meio do sistema Siafi. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN, se encarrega da metodologia de aplicação.
- b) Demais Bancos trata das Instituições Bradesco e Caixa Econômica Federal – CEF, com saldos na conta corrente em março/2021 nos valores de R\$ 0,16 e R\$ 62.468,17 respectivamente.

A conta na CEF é utilizada para o recebimento de valores decorrentes da venda de imóveis funcionais. A conta bancária mantida no Bradesco destina-se à custódia de valores relativos à aquisição de energia elétrica para o Programa de Transposição do Nordeste Setentrional – PISF.

A abertura da conta no Banco Bradesco, deve-se ao fato de a Codevasf aderir ao mercado livre de aquisição de energia elétrica. Essa é uma condição obrigatória aos participantes desse mercado. A movimentação de recursos da conta Bradesco deixou de ser registrada nessa rubrica, passando a ter seus registros efetuados na conta Fundo de Aplicação – Extra Mercado.

c) Fundo de Aplicação – Extra Mercado: Os valores demonstrados decorrem dos créditos efetuados pela CCEE em favor da Codevasf. O saldo na conta bancária do Bradesco em 30/06/2021 é de R\$ 159.420.964,73. Desse montante, R\$ 49.948.528,07 foi reconhecido como Fundo de Aplicação – Extramercado.

A diferença, no valor de R\$ 109.472.436,66, não foi reconhecida contabilmente, sendo seu controle efetuado por meio de conciliação bancária.

O Conselho de Administração estabeleceu prazo até 30 de junho de 2021 para que a Codevasf demonstre as ações adotadas para o adequado tratamento aos créditos efetuados na conta Bradesco, pela CCEE. Nesse sentido, a Gerência Executiva de Administração e Suporte Logístico efetuou várias tratativas, visando atender a orientação do referido colegiado.

Foi aberto o processo administrativo 59500.001736/2020-69, e a Gerência responsável pelo Projeto Písf – AD/GOI, apresentou proposta para que se mantenha na conta bancária o valor mínimo de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

A Gerência de Contabilidade contextualizou e solicitou auxílio ao Ministério do Desenvolvimento Regional, que encaminhou a demanda à Secretaria do Tesouro Nacional – STN. A Secretaria então solicitou mais informações e documentos complementares à Codevasf para análise e adequada orientação em relação aos créditos efetuados pela CCEE. A Secretaria do Tesouro agendou reunião com a Codevasf, visando as tratativas do assunto, para o dia 27/07/2021.

d) Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – O.F.S.S. – são os recursos do Tesouro, tanto para pagamento a fornecedores diversos, quanto os que a Codevasf arrecada e repassa.

NOTA 4 – Crédito a Curto Prazo: Faturas

Registra os créditos da Codevasf junto aos usuários dos perímetros irrigados, implantados no Vale do São Francisco e Parnaíba, decorrentes da cobrança de Tarifa D'água K-1.

Tabela 2 – Crédito a Curto Prazo: Faturas

Descrição	30-jun-2021	31-dez-2020
Faturas/Duplicatas a receber	77.947.230,01	68.108.072,86
Ajuste Perdas de Créd. Liquidação Duvidosa	-13.960.647,98	-8.872.431,01
Total	63.986.582,03	59.235.641,85

a) faturas a receber: O faturamento dos títulos a receber decorrentes da Tarifa D'água K1, tem como base o que estabelece o inciso I do art. 43 do Decreto nº 89.496, de 29 de março de 1984 e inciso II do art. 28 da Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, e Portarias anuais do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR.

O aumento apresentado decorre registro de faturamento K1 de tarifa d'água, exercício 2020 e registro proporcional de 2021, após consolidação dos critérios de cálculos para a cobrança de arrecadação de Tarifa D'água K1, pelo grupo de trabalho constituído pela Codevasf, em atendimento à Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 2.005/2020.

Tabela 2.1 – Movimentação Crédito a Curto Prazo: Faturas, da tabela 2

Descrição	30-jun-2021
(-) Recebimentos	-2.772.680,75
(+) Faturamento Tarifa D' Água 2020	8.121.223,64
(+) Faturamento Tarifa D' Água 2021	3.973.680,72
(+) Reclassificação Longo Prazo para Curto Prazo	516.933,54
(=) Líquido	9.839.157,15

b) Ajuste para Perdas Estimadas: A metodologia de apuração de perdas estimadas ocorreu com base no Pronunciamento CPC 48. Contempla, com base no relatório de inadimplência, os títulos em atraso nos últimos 05 (cinco) anos, referentes a pessoas jurídicas e físicas, considerando uma estimativa de perda prospectiva para 01 (um) ano.

NOTA 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Essas contas englobam Adiantamentos a Empregados, Tributos a Recuperar, Depósitos Restituíveis, Outros Créditos a Receber, Almoxarifado e Despesas Antecipadas, além de Perdas Estimadas.

As tabelas 03, 04 e 05 apresentam a composição de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, totalizando R\$ 106.438.767,26. O saldo de Titulação de Terras compõe a rubrica Títulos a Receber.

5.1 Adiantamentos Concedidos

Compreende as antecipações concedidas a pessoal a título de suprimento de fundos e antecipação de férias.

Tabela 3 – Adiantamentos Concedidos

Descrição	30-jun-21	31-dez-20
Salários e Ordenados - Pagamentos Antecipado (Férias)	1.531.861,70	1.862.847,09
Adiantamento Concedido	58.636,89	0,00
Total	1.590.498,59	1.862.847,09

a) Salários e ordenados referem-se ao valor de uma remuneração, sendo esse valor descontado em até 08 (oito) parcelas (para empregados contratados na vigência da Resolução nº 09/1996, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST).

b) Adiantamento Concedido trata de valores disponibilizados aos detentores do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (suprimento de fundos).

5.2 Tributos a Recuperar/Compensar

Todos os valores estão em processo de restituição, via Perd/Comp, aguardando homologação pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Tabela 4 – Tributos a Recuperar/Compensar

Descrição	30-jun-21	31-dez-20
IRRF a Compensar	5.918.192,33	5.918.192,33
COFINS a Recuperar / Compensar	4.530,36	4.530,36
PIS/PASEP a Recuperar/Compensar	981,78	981,78
IR E CSLL a Recuperar / Compensar	14.048,78	14.048,78
Total	5.937.753,25	5.937.753,25

5.3 Outros Créditos a Receber

Tabela 5 – Outros Créditos a Receber

Descrição	30-jun-21	31-dez-20
Valores Apreendidos por Decisão Judicial	385.370,20	385.370,20
Créditos a Receber Decorrente de Infrações Legais e Contratuais	9.365.465,16	9.133.659,75
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	90.231,97	42.797,22
Títulos a receber	78.405.051,79	77.738.302,82
<i>Titulação de Terras</i>	<i>77.106.261,88</i>	<i>76.424.603,34</i>
<i>Outros Valores a Receber</i>	<i>1.298.789,91</i>	<i>1.313.699,48</i>
Ajuste para Perdas sobre Créditos Apurados	-11.225.347,96	-16.006.318,88
Devedores por Transferências Voluntárias	613.705,83	816.250,45
Termo Execução Descentralizada (concedidos)	21.204.197,03	20.163.512,90
Remuneração da Conta Única a Receber	72.040,80	71.362,75
Valores a Rec. por Devolução Desp. Estornadas	-199,40	0,00
Total	98.910.515,42	92.344.937,21

a) Títulos a receber: Compreende valores a receber das unidades parcelares de Projetos Públicos de Irrigação, referentes a uso ou aquisição de terras (Titulação de Terras) e Outros Valores a Receber com multas contratuais decorrentes de notas de débitos e outros valores administrativos a receber. O aumento apresentado sobre Titulação de Terras refere-se à reclassificação contábil dos valores a receber a longo prazo para o curto prazo, registradas em janeiro/2021 e faturamento apropriado no período.

Tabela 5.1 – Movimentação Títulos a Receber, da tabela 5

Descrição	2º TRIM/2021	2020
Saldo	77.738.302,82	73.946.305,00
(+) Reclassificação LP p/ CP	2.289.411,13	3.129.174,09
(-) Recebimentos	-4.047.533,24	-3.437.444,07
(+) Faturamento Titulação	2.449.991,54	4.155.517,45
(-) Baixa por Renegociação	0,00	-40.887,57
(+/-) Notas de Débitos	-25.120,46	-14.362,08
(=) Líquido	78.405.051,79	77.738.302,82

b) Ajustes para perdas: A redução decorre, de forma substancial, pela reversão da provisão ocorrida no 1º trim/2021.

b) Devedores por Transferências Voluntárias – Diversas entidades: Valores a receber apurados em Tomadas de Contas Especiais – TCE, decorrentes de transferências voluntárias (convênios e termos de compromissos).

Os valores apurados em favor da Codevasf são pagos de forma parcelada, conforme previsto nos Termos de Confissão de Dívida. A redução de R\$ 202.544,62 decorre do recebimento dos valores das parcelas firmadas.

c) Termo de Execução Descentralizada – TED: A Codevasf, na qualidade de descentralizadora dos créditos orçamentários e dos recursos, efetuou transferências a título de TED, até 2º trimestre de 2021, no valor de R\$ 1.040.684,13 à Universidade Federal de Viçosa/MG, ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a Universidade Federal do Oeste da Bahia.

d) Remuneração da Conta Única a Receber: Trata-se de direito a receber, apropriado pelo regime de Competência, referente a remuneração dos recursos da Codevasf, aplicados via Conta Única do Tesouro. A redução observada no período ocorreu com a baixa desse direito em função do recebimento dos rendimentos dessa aplicação financeira, na Conta Única do Tesouro Nacional.

5.5 Estoques de Almojarifado:

Tabela 6 – Almojarifado

Descrição	30-jun-21	31-dez-20
Materiais de Consumo	458.525,10	462.882,73
Total	458.525,10	462.882,73

5.6 Despesas Pagas Antecipadamente

Despesas antecipadas referentes a seguros, assinaturas de periódicos e tributos pagos a apropriar, contabilizadas em observância ao regime de competência.

Tabela 7 – Despesas Pagas Antecipadamente

Descrição	30-jun-21	31-dez-20
Assinaturas e anuidades a apropriar	20.212,85	47.073,08
Prêmios de seguros a apropriar	39.355,91	90.999,18
Tributos pagos a apropriar	59.344,89	21.836,65
Total	118.913,65	159.908,91

NOTA 6 – Realizável a Longo Prazo

São classificáveis no Realizável a Longo Prazo contas da mesma natureza das contas do Ativo Circulante, porém sua realização é certa ou provável após o término do exercício seguinte.

6.1 Faturas/Duplicatas

Representam os créditos realizáveis a longo prazo da Codevasf junto aos usuários dos perímetros irrigados, implantados no vale do São Francisco, decorrentes da cobrança de Tarifa D'água K1.

Tabela 8 – Faturas/Duplicatas

Descrição	30-jun-21	31-dez-20
Clientes	1.643.766,14	1.659.131,13
Total	1.643.766,14	1.659.131,13

Ocorreu reclassificação contábil de valores do longo prazo para curto prazo, registradas em janeiro/2021 e, ainda, atualização do faturamento.

6.2 Demais Créditos e Valores a Longo Prazo:

Tabela 9 – Demais Créditos e Valores

Descrição	30-jun-21	31-dez-20
Créditos por Dano ao Patrimônio de Créditos Administrativos	64.583,84	64.583,84
Crédito por Dano ao Patrimônio - Decisão TCU	39.418.457,61	39.418.457,61
Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores	-39.483.041,45	-39.483.041,45
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	30.002.095,10	27.448.218,42
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	18.642.457,57	20.693.999,71
Total	48.644.552,67	48.142.218,13

a) Créditos por Danos ao Patrimônio: Os decorrentes de apuração administrativa e os apurados por meio de Tomada de Contas Especial – TCE, devem ser registrados somente após decisão de condenação definitiva pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

b) Depósitos Restituíveis e Vinculados: são depósitos efetuados na Justiça, decorrentes da interposição de recurso, relativos a ações cíveis e trabalhistas.

c) Outros Créditos e Valores: Trata-se de títulos a receber das Unidades Parcelares de Projetos Públicos de Irrigação, denominados Titulação de Terras, e demais títulos administrativos. Verifica-se que há redução em relação ao exercício anterior, conforme demonstrado na tabela 9.1, com destaque para a reclassificação de títulos do longo para o curto prazo ao longo do período.

Tabela 9.1 – Movimentação Outros Créditos e Valores, da Tabela 9

Descrição	30-jun-2021
(-) Reclassificação LP p/ CP	-2.289.411,13
(+) Faturamento/Cobrança – Titulação LP	237.868,99
(=) Líquido	-2.051.542,14

6.3 Investimentos e Aplicações: Letras Especiais

Representa o valor total das ações da Celpe, Eletrobrás e Tractebel vendidas, que foram convertidas em NTN's através das Portarias - STN nºs 59 e 63 de 1998, em cumprimento ao Programa Nacional de Desestatização – PND, instituído pelo Decreto nº 10.687, de 02/03/1994.

Tabela 10 – Títulos Públicos – Letras Especiais

NTN-P		
Vencimento	30-jun-21	31-dez-20
2030	84.516,42	82.090,71
Total	84.516,42	82.090,71

NOTA 7 – Investimentos: Participações Permanentes

A participação da Codevasf no capital de outras entidades é avaliada pelo Método de Custo, que consiste em reconhecer o investimento pelo valor original da transação e por não apresentar influência

significativa. Frisa-se que esses investimentos, pelo método de avaliação utilizado, não influenciaram nos resultados da Companhia ao final do exercício.

No mês de junho/2021, O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES comunicou a Codevasf a alienação de 22.777 ações da participação acionária da Empresa na Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, pelo valor de R\$ 529.030,08. Não houve, no período, alienação integral das ações.

Tabela 11 – Entidades Investidas

Entidade Investida	Custo Original
Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA	156.487,27
Cooperativa Agrícola M do Projeto de Irrigação de Bebedouro I	180.092,77
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	58.793,23
Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL	281.937,88
Companhia Agrícola de Sergipe - COMASE	104.443,51
Companhia de Saneamento de Sergipe	215.675,53
Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA	113.415,79
Agro Industrias do Vale do São Francisco	977.961,89
Cooperativa Agropecuária Mista Regional de Irecê	158.029,19
Coop Agrícola de Irrigação do Projeto de Ceraima	44.103,95
Coop Agrícola de Irrigação do Projeto de Estreito	2.000,00
Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA	251.301,89
Cooperativa Agrícola de Irrigação do Vale do Gorutuba I	3.547,82
Embraer Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A	241,01
Total	2.548.031,73

NOTA 8 – Imobilizado

O Imobilizado é composto por bens móveis e imóveis. Após o reconhecimento, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão.

A depreciação é calculada pelo método linear, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 9.580/2018 e Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.700/2017, cujos valores são absorvidos no resultado do exercício.

Frisa-se que a Codevasf, para utilizar as atuais taxas de depreciação, leva em consideração o custo/benefício. O custo com o controle será maior que o benefício trazido pela não adoção da atual tabela, isto é, o custo para implementar uma nova tabela de depreciação e de vida útil econômica estimada, no atual cenário, é mais oneroso, tendo em vista que a empresa está presente em 09 (nove) unidades da federação.

Tabela 12 – Imobilizado

Imobilizado	31-dez-2020	Adições	Baixas	31-mar-2021	AH%
Bens Móveis	325.225.792,08	198.081.100,70	-140.549.387,75	382.757.505,03	17,69
Total de Bens Móveis (1)	325.225.792,08	198.081.100,70	-140.549.387,75	382.757.505,03	17,69
Bens Imóveis	38.854.889,50	187,38	-187,38	38.854.889,50	0,00
<i>Obras em Andamentos</i>	<i>1.830.037.649,27</i>	<i>176.113.948,32</i>	<i>-992.600,00</i>	<i>2.005.158.997,59</i>	<i>9,57</i>
<i>Estudos e Projetos</i>	<i>116.591.320,37</i>	<i>3.209.057,65</i>	<i>-0,03</i>	<i>119.800.377,99</i>	<i>2,75</i>
<i>Instalações</i>	<i>256.047.013,56</i>	<i>1.504.508,57</i>	<i>0,00</i>	<i>257.551.522,13</i>	<i>0,59</i>
<i>Instalações Codevasf</i>	<i>51.822,54</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>51.822,54</i>	<i>0,00</i>
<i>Instalações Projetos</i>	<i>255.995.191,02</i>	<i>1.504.508,57</i>	<i>0,00</i>	<i>257.499.699,59</i>	<i>0,59</i>
Total de Bens Imóveis (2)	2.241.530.872,70	180.827.701,92	-992.787,41	2.421.365.787,21	8,02
Depreciação Bens Móveis	-58.814.794,64	-21.494.116,97	15.947.200,38	-64.361.711,23	9,43
Depreciação Imóveis	-22.678.397,36	-312.488,58	0,00	-22.990.885,94	1,38
Total Depreciação (3)	-81.493.192,00	-21.806.605,55	15.947.200,38	-87.352.597,17	7,19
Total Imobilizado (4) = 1+2+3	2.485.263.472,78	357.102.197,07	-125.594.974,78	2.716.770.695,07	9,32

Até 2º trimestre de 2021, as aquisições e baixas totalizaram R\$ 237.366.627,46 (não considerada a depreciação). Em Bens Móveis, ocorreu aumento devido aquisição veículos de tração mecânica e máquinas e utensílios agropecuários/Rodoviários, para apoio de projetos de Desenvolvimento Sustentável Nacional e novos escritórios de apoio.

A adição em Bens Imóveis, o destaque é para Obras em Andamento e Instalações. Para Obras em Andamento, Estudos e Projetos e Instalações (projetos) não há incidência de depreciação.

NOTA 9 – Intangível

São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de Amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Tabela 13 – Intangível

Descrição	31-dez-2020	Adições	Baixas	31-jun-2021
Software com Vida Útil Definida	2.643.010,88	478.779,88	-332.031,92	2.789.758,84
Software com Vida Útil Indefinida	1.389.636,82	2.425.924,01	-22.135,92	3.793.424,91
Amortização Acumulada	-1.241.308,92	-315.739,68	8.001,84	-1.549.046,76
Total	2.791.338,78	2.588.964,21	-346.166,00	5.034.136,99

O aumento apresentado em software com vida útil indefinida, refere-se à aquisição de 412 licenças do Software Microsoft Windows Server, para os servidores de rede.

NOTA 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciária e Assistencial

Salários a pagar: Folha de pessoal e os respectivos benefícios, que apresentam saldo, conforme tabelas 14 e 15, a seguir:

Tabela 14 – Salários a pagar e Encargos Trabalhistas

Descrição	30-jun-21	31-dez-20
Salários, Remunerações e Benefícios	19.721.503,62	17.560.487,49
Décimo Terceiro Salário a Pagar	79.144,49	0,00
Entidade de Previdência Complementar	4.054.022,71	590.153,05
Férias a pagar	18.771.213,32	25.875.158,57
FGTS	4.636.431,07	2.069.941,12
INSS	12.263.243,83	5.838.404,55
Total Obrigações Trabalhistas	59.525.559,04	51.934.144,78

a) Décimo Terceiro Salário a Pagar: O saldo, ao final do período, decorre das antecipações do 13º salário em função de férias.

b) Entidade de Previdência Complementar: Trata-se do valor provisionado para pagamento do saldamento do Plano Benefícios Definidos BD I, junto à Fundação São Francisco de Seguridade Social - F.S.F.S.S. O saldo do curto prazo está registrado a valor presente.

Em janeiro de 2021 foi efetuada a reclassificação contábil do saldo em previdência complementar, do longo prazo para o curto prazo, referente exercício de 2020. Cabe destacar que a reclassificação ocorre anualmente, e o valor da provisão na obrigação de curto prazo baixa à medida que se efetua o pagamento à Fundação São Francisco.

A reclassificação foi de R\$ 7.081.836,60. Com as baixas da provisão no período, o saldo restou em R\$ 3.435.304,75.

Tabela 15 – Entidade de Previdência

Descrição	30-jun-21	31-dez-20
Entidade de Previdência Complementar	3.435.304,75	0,00
Contribuição a Entidades de Previdência Privada	618.717,96	590.153,05
Total	4.054.022,71	590.153,05

c) INSS: o saldo compõe-se da provisão do encargo mais o valor apropriado correspondente ao mês de junho/2021, o qual será recolhido no mês subsequente. Em relação a dezembro/2020, o saldo refere-se somente à provisão.

NOTA 11 - Fornecedores e Contas a Pagar

A tabela 16 apresenta relação com os maiores fornecedores. Os dados estão relacionados por ordem decrescente de valor a pagar.

Tabela 16 – Fornecedores 2021

Seq.	Descrição	30-jun-21
1	XCMG Brasil Industria Ltda.	22.248.132,40
2	Deva Veículos LTDA	6.232.541,70
3	Fornecedores a pagar: valores entre R\$ 3.000.000,00 e 5.000.000,00	16.061.772,00
4	Fornecedores a pagar: valores entre R\$ 2.000.000,00 e R\$ 3.000.000,00	6.579.824,60
5	Fornecedores a pagar: valores entre R\$ 1.000.000,00 e R\$ 2.000.000,00	7.576.698,26
6	Fornecedores a pagar: valores até R\$ 1.000.000,00	22.816.353,65
Total		81.515.322,61

Ao final do 2º trimestre de 2021 ainda se verifica diferença substancial na comparação com o exercício encerrado de 2020. Esse aumento ocorreu no 1º trimestre de 2021, e decorre da aquisição de máquinas e utensílios agropecuário/rodoviário, visando atender empreendimentos da Empresa executados na área de atuação dos novos Escritórios de Representação, sediados nos estados de Goiás e Tocantins.

Impactou também o aumento com serviços de administração, operação e manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum do Perímetro de Irrigação Itaparica, e outras aquisições de maquinários para as ações de desenvolvimento, em áreas de atuação de diversas Superintendências Regionais da Codevasf.

Entretanto, na comparação do 2º trim/2021 com o 1º trim/2021 há uma redução no valor de R\$ 34.745.219,34 que decorre dos pagamentos efetuados aos diversos fornecedores.

Tabela 16.1 – Redução Fornecedores a Pagar

Descrição	30-jun-21	31-mar-21
Fornecedores a pagar	81.515.322,61	116.260.541,95
Total	81.515.322,61	116.260.541,95

A tabela 17, apresenta relação com os maiores fornecedores apurados no exercício encerrado de 2020. Os dados estão relacionados por ordem decrescente de valor a pagar.

Tabela 17 – Fornecedores 2020

Seq.	Descrição	31-dez-20
1	Goetze Lobato Engenharia S/A	3.787.446,26
2	Fornecedores a pagar: valores entre R\$ 2.000.000,00 e 3.000.000,00	4.175.368,60
3	<i>Fornecedores a pagar: valores entre R\$ 1.000.000,00 e R\$ 2.000.000,00</i>	9.103.760,93
4	<i>Fornecedores a pagar: valores até R\$ 1.000.000,00</i>	15.692.101,06
Total		32.758.676,85

NOTA 12 – Obrigações Fiscais

Compreende as obrigações da empresa relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo, referindo-se, no período, à taxa de licenciamento ambiental para obras de pavimentação no estado de Alagoas e taxas aeroportuárias.

NOTA 13 – Demais Obrigações

Registra os valores a pagar não inclusos nas rubricas anteriores. São os seguintes, conforme demonstrados nas tabelas 18 e 19:

Tabela 18 – Outras Obrigações a Curto Prazo

Descrição	30-jun-21	31-dez-20
Convênios e Instrumentos congêneres a pagar	18.708,41	134.888.542,92
Transferência Discricionária a Pagar	128.699.449,82	0,00
Diárias a pagar	90.542,23	10.656,66
Incentivos a Educação, Cultura e outros	24.200,00	0,00
Ordens Bancárias Canceladas	216,00	0,00
Saque - Cartão de Pagamento do Governo Federal	36.016,57	0,00
Fatura – Cartão de Pagamento do Governo Federal	0,00	714,00
Indenizações, Restituições e Compensações	747.756,78	1.209.655,58
Termos de Execução Descentralizada – TED (recebidos)	2.284.719.509,73	2.042.407.521,21
Total	2.285.636.949,72	2.178.517.090,37

a) Convênios e Instrumentos congêneres: Recursos a transferir a estados, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos, a título de transferências voluntárias. Em 2021 houve alteração do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP (o qual a estatais dependentes devem observar), alterando a conta contábil de registro das transferências voluntárias, passando de Convênios e Instrumentos Congêneres para Transferências Discricionárias a Pagar.

Transferências Discricionárias a Pagar – Conta recém-criada no PCASP, para se registrar as transferências voluntárias. Não há alteração de roteiro contábil, mas apenas a alteração da conta contábil representativa dessas transferências.

b) Incentivos à Educação, Cultura e Outros: Refere-se ao fornecimento do Vale Cultura aos empregados ativos, conforme legislação vigente.

c) Saque – Cartão de Pagamentos do Governo Federal: Refere-se aos valores do cartão de pagamentos disponível para pequenas despesas (Suprimento de Fundos), aguardando prestação de contas.

d) Indenizações e Restituições: Trata se do pagamento do parcelamento do Incentivo ao Programa de Demissão Voluntária – PDI ocorrido de setembro a dezembro/2019, e demais restituições a empregados.

Tabela 18.1 – Indenizações e restituições

Descrição	30-jun-2021
Saldo	1.209.655,28
Rescisão Contrato de Trabalho – normal	-9.480,15
Parcelamento do valor a pagar a ex-empregados (18 parcelas conforme Programa)	-2.617.056,44
Restituições diversas	2.164.637,79
Total	747.756,48

e) Termos de Execução Descentralizada – TED: São transferências de recursos entre órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS, para execução de ações de interesse do órgão descentralizador.

Nesta situação, a Codevasf figura como órgão receptor/beneficiário dos recursos de TED. Esse passivo não é um instrumento de dívida, mas uma obrigação de prestar contas ao órgão descentralizador.

f) Valores Restituíveis: Compreende valores de terceiros ou retenções em nome deles.

Tabela 19 – Valores Restituíveis

Descrição	30-jun-21	31-dez-20
Retenção Previdenciária - FRGPS	1.702.552,95	2.087.092,54
IRRF Devido ao Tesouro Nacional	1.179,39	0,00
Impostos e Contribuições Diversas Devidos ao Tesouro	4.101.515,48	1.718.823,29
ISS	348.733,35	417.661,22
Pensão Alimentícia	218.759,73	229.698,75
Retenções	4.308.875,02	4.107.275,16
Depósitos Retidos de Fornecedores	12.672,72	0,00
Outros Consignatários	12.954,95	0,00
Depósitos a Efetuar por Determinação Judicial	143.561,09	145.740,27
Depósitos de Terceiros	31.024,10	0,00
Depósitos por Devolução de Valores não Reclamados	0,00	216.148,31
Total	10.881.828,78	8.922.439,54

I) Retenção Previdenciária – FRGPS: Refere-se à retenção do encargo previdenciário – INSS. Os valores em aberto tratam da retenção do encargo sobre notas fiscais de prestadores de serviços.

II) IRRF Devido ao Tesouro Nacional – Refere-se ao Imposto de Renda Retido sobre os prestadores de serviços pessoa física.

III) Impostos e contribuições devidas ao Tesouro: Em função do aumento de serviços prestados à Codevasf, para a execução das ações de desenvolvimento regional, ocorreu maior incidência com impostos e contribuições federais.

IV) ISS: Em função do aumento de serviços prestados à Codevasf, para a execução das ações de desenvolvimento regional, ocorreu maior incidência com imposto sobre serviços – ISS.

V) Outros Consignatários: São retenções incidentes sobre folha de pagamentos e rescisão de contrato de trabalho, decorrentes da participação dos empregados nas despesas com vale-cultura, auxílio-alimentação, vale-transporte.

VI) Depósito de Terceiros: Depósitos de origem desconhecida, efetuados em conta corrente bancária, na Caixa Econômica Federal.

NOTA 14 – Obrigações a Longo Prazo

Registra as obrigações da companhia cujas liquidações deverão ocorrer após o término do exercício seguinte.

14.1 Previdência Privada e Complementar

Compreende a obrigação da empresa relativo ao registro do saldamento do plano Benefícios Definidos – BD I, conforme contrato 0.041.00/2018 com a Fundação São Francisco de Seguridade Social. O saldamento será pago em 108 parcelas mensais, atualizadas pela aplicação da variação do INPC, das quais já foram pagas 39 parcelas.

14.2 Obrigações Fiscais

Compreende a obrigação da empresa relativa ao PIS/PASEP sobre faturamento referente a intimação nº 455/99, da Secretária da Receita Federal do Brasil, que se encontra na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – com processo sob nº 10166.014511/96-95 PIS/PASEP, estando a inscrição com exigibilidade de crédito suspensa.

14.3 Provisões – Riscos de Passivos Contingentes

Os registros das Provisões para Contingência Passiva: Tributária, Trabalhista e Cível, foram realizados conforme Relatório de Anexos de Riscos Fiscais da PR/AJ, constante do processo 59500.002811/2013-80. Os riscos cuja materialização seja provável de se realizar são reconhecidos contabilmente. Os riscos possíveis são apenas divulgados em Notas Explicativas.

No período, tendo por base informações apresentadas pelo relatório da Assessoria Jurídica, ocorreram registros de riscos prováveis. Os riscos possíveis são apenas divulgados, conforme tabela abaixo:

Tabela 20 – Riscos de Passivos Contingentes

Descrição	31-dez-2021	Adições	Baixas/Reversões	31-jun-2021
Trabalhista	31.475.293,57	950.362,35	-90.947,55	32.334.708,37
Cíveis	167.414.584,69	16.928.320,00	-34.331.417,12	150.011.487,57
Total Riscos Prováveis	198.889.878,26	17.878.682,35	-34.422.364,67	182.346.195,94
Trabalhista	22.054.302,49	0,00	- 10.171.145,86	11.883.156,63
Cíveis	50.026.504,86	229.630.209,08	0,00	279.656.713,94
Tributárias	4.700.637,76	16.219.839,28	0,00	20.920.477,04
Total Riscos Possíveis	76.781.445,11	245.850.048,36	-10.171.145,86	312.460.347,61

Conforme relatório da Assessoria Jurídica, no 2º trimestre não houve o ingresso de novos processos, tendo ocorrido alteração do critério da probabilidade de êxito, para os processos em andamento.

Em relação as ações de riscos prováveis, o 2º trim/2021 que demonstra saldo de R\$ 182.346.195,94 apresentou redução em relação ao saldo acumulado até o 1º trim/2021, que é de R\$ 216.768.560,61. As principais reduções, segundo o relatório da Assessoria Jurídica deu-se em causas cíveis do tipo Ação de Indenização e Ações Cíveis.

NOTA 15 – Patrimônio Líquido

15.1 Capital Social: O Capital Social da Codevasf, pertencente integralmente à União, é de R\$ 3.567.791.632,84, representados por 40.128.672 (quarenta milhões, cento e vinte e oito mil e seiscentas e setenta e duas) ações nominativas, sem valor nominal (*).

(*) Ações nominativas, sem valor nominal: Não há menção do valor expresso em dinheiro, como ocorre com as ações de valor nominal. O preço dessa ação será fixado na constituição da sociedade, ou no aumento de capital social.

15.2 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC

Até o 2º trimestre de 2021 foi repassado à Codevasf, a título de AFAC, o valor de R\$ 151.594.973,87.

Por solicitação da Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais – SEST, a capitalização com recursos AFAC recebidos no ano de 2020 foi retirada de pauta da Assembleia Geral Ordinária, ocorrida em 20/04/2021.

A Codevasf questionou a SEST, que informou haver necessidade da complementação de informações para nova avaliação pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e pela própria SEST.

Essas informações estão sendo elaboradas e, após concluído os levantamentos, será elaborada nova proposta de capitalização e apresentada aos órgãos colegiados da Empresa, visando a posterior submissão da nova proposta à Assembleia Geral Extraordinária.

15.3 Reservas

Houve redução da Reserva de Reavaliação no valor de R\$ 987,84 em virtude da realização da reserva, em conformidade com o artigo 6º da Lei 11.638/2007.

“Art. 6º - Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que esta Lei entrar em vigor”.

15.4 Prejuízos Acumulados

Composição da rubrica Prejuízos Acumulados:

Tabela 21 – Prejuízos Acumulados

Prejuízo Acumulado até 2020	-3.566.845.557,52
(+) Prejuízo do Exercício 2021	-159.624.661,09
(+) Ajuste de Exercício Anteriores 2021	8.121.223,64
(+) Reversão de Reavaliação 2021	987,84
(=) Prejuízos Acumulados 2º Trimestre de 2021	-3.718.348.007,13

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

NOTA 16 – Receita Líquida

Representa o resultado das atividades decorrentes de Titulação de Terras, Tarifa D'Água, Lotes Urbanos e Outros Títulos a Receber. O faturamento apresentado em 2021 refere-se aos registros de faturamento/cobrança dos diversos perímetros sobre Tarifa D'Água K1 e Titulação de Terras.

Em relação à Tarifa D'Água K1, após o grupo de trabalho da Codevasf ter consolidado os critérios de cálculos e cobranças apresentadas pela Portaria 2.005/2020, de 22 de julho de 2020, foi registrado o faturamento no período.

Tabela 22 – Receita Líquida

Descrição	30-jun-2021	30-jun-2020
Receita Bruta	8.156.038,71	8.821.254,46
(-) Deduções	-2.424.004,07	-34.332,55
= Receita Líquida	5.732.034,64	8.786.921,91

Em relação às deduções, a variação refere-se aos cancelamentos de títulos valores a receber do Pontal Sul, Formoso A, Nilo Coelho e outros perímetros, os quais não foram quitados.

NOTA 17 – Despesas Administrativas

Representam as despesas incorridas no período, realizadas para a manutenção dos serviços da Codevasf. Na comparação com o período anterior, o aumento observado se dá em torno de 22%, tendo contribuído com essa performance o aumento das despesas com prestação de serviços de terceiros e depreciação/amortização.

NOTA 18 – Outras Despesas

Representam as transações que não constituem atividades principais da empresa, conforme tabela abaixo:

Tabela 23 – Grupo de Outras Despesas

Descrição	30-jun-2021	30-jun-2020
Transferências Voluntárias (convênios e termos de compromisso)	130.310.388,91	81.852.767,88
Ajuste para Perdas em Clientes	5.201.587,71	5.791.235,31
Incorporação de Passivos	0,00	1.269.363,38
Desincorporação de Ativos	852.972,68	8.309.876,89
Incentivos à Cultura (vale cultura)	169.400,00	148.500,00
VPD - Provisões de Riscos Trabalhistas	950.362,35	3.744.344,22
VPD - Provisões de Riscos Cíveis	16.928.320,00	9.089.631,97
Restituições	32.354,50	52.943,27
Total	154.445.386,15	110.258.662,92

A formação do saldo de Outras Despesas teve maior influência em Transferências Voluntárias (Convênios e Instrumentos Congêneres a Pagar e Transferências Discricionárias a Pagar), Ajuste para Perdas Estimadas e Provisões de Riscos Fiscais (judiciais, trabalhistas e tributários).

a) Transferências Voluntárias: o aumento deve-se a recursos repassados aos Convenientes e Compromitentes, relativos a Convênios e Termos de Compromissos firmados.

b) Ajuste para Perdas: Refere-se a estimativa de perda de créditos a receber de K1 e de Titulação de Terras. Vide Nota 4 “b”.

c) Provisões de Riscos: registro das contingências trabalhistas e cíveis, conforme estimativas calculadas pela Assessoria Jurídica.

NOTA 19 – Outras Receitas

Representam as Variações Patrimoniais Aumentativas realizadas que não estão ligadas diretamente às atividades da empresa.

Em Outras Receitas houve aumento em relação ao exercício anterior, conforme demonstra a tabela 25, a seguir:

Tabela 24 – Grupo de Outras Receitas

Descrição	30-jun-2021	30-jun-2020
Transferências Voluntárias	57.423,12	2.476.478,13
Outros Ganhos com Incorporação de Ativo	1.179.270,07	3.025.597,21
Ganhos Com Desincorporação de Passivo	25.677.404,52	4.796.296,82
Dividendos	608,60	0,00
Reversão de Provisões - Riscos Fiscais	34.422.364,67	7.643.145,60
Reversão Ajuste para Perdas	4.894.341,66	0,00
Outras	554.555,26	180.895,30
Total	66.785.967,90	18.122.413,06

a) Transferências Voluntárias: refere-se à baixa de passivo de Convênios e Termos de Compromissos, que foram concluídos ou rescindidos.

b) Outros Ganhos com Incorporação: trata-se de recursos repassados a outros órgãos, para execução descentralizada – TED, e ainda depósitos judiciais efetuados. Não há incidência de tributos sobre essas receitas.

c) Ganhos com Desincorporação de Passivo: Do saldo apresentado, o valor de R\$ 25.676.368,54 refere-se à comprovação de TED's de 2016 e 2017, para a Secretária Nacional de Defesa Civil, para a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativa e para a Secretaria de Inovação Desenvolvimento Rural e Irrigação. R\$ 1.035,98 refere-se a outras baixas de obrigações de curto prazo.

d) Provisões Riscos Fiscais - reversão: Refere-se às causas cíveis e trabalhistas, com probabilidade de êxito provável, para os casos em que a Codevasf atua como ré. Para o 2º trim/2021 ocorreu reversão da provisão.

e) Ajuste para Perdas – reversão: Trata-se de Ajuste para Perdas Estimadas sobre os valores a receber de Titulação de Terras, tendo por base o relatório de inadimplência.

NOTA 20 – Despesas/Receitas Financeiras

20.1 Despesas Financeiras

Representam as despesas referentes a juros, multas, descontos financeiros concedidos e atualizações prefixadas.

Tabela 25 – Grupo de Despesas Financeiras

Descrição	30-jun-2021	30-jun-2020
Encargos Financeiros Dedutíveis	2.782.375,80	1.202.607,82
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	401.689,94
Outras Despesas Financeiras	57.121,76	192.713,90
Total	2.839.497,56	1.797.011,66

a) Encargos Financeiros Dedutíveis: registra a atualização monetária sobre o parcelamento do saldamento do Plano de Benefícios I (BD I), firmado entre a Codevasf e a Fundação São Francisco de Seguridade Social e outros encargos financeiros.

b) Descontos Financeiros Concedidos: Descontos incidente sobre o recebimento da Tarifa D'Água K1.

c) Outras Despesas Financeiras: encargos financeiros incidentes sobre contratos e serviços, tais como energia elétrica dos perímetros de irrigação.

20.2 Receitas Financeiras

Representam as Variações Patrimoniais Aumentativas oriundas de juros, multas, descontos financeiros recebidos e atualizações prefixadas. Do valor demonstrado, R\$ 1.380.565,45 referem-se rendimentos de aplicação financeira por meio da Conta Única do Tesouro e R\$ 204.716,91 a demais receitas financeiras.

NOTA 21 – Transferências Financeiras e Ganhos/Perdas

21.1 Subvenções de Custeio

Registra o recebimento decorrente de transferências de recursos do Tesouro Nacional para a Codevasf, visando a cobertura de gastos com pessoal e custeio em geral.

Tabela 26 – Transferências Financeiras

Descrição	30-jun-21	30-jun-20
Subvenção de Custeio	416.728.928,13	332.473.797,81
Total	416.728.928,13	332.473.797,81

21.2 Ganhos/Perdas de Capital

Representa os valores referentes às receitas e despesas decorrentes da Alienação/Doação de bens.

Tabela 27 – Grupo de Ganhos/Perdas de Capital

Descrição	30-jun-21	30-jun-20
Custos dos Bens Baixados	123.177.331,37	79.983.491,07
Total	123.177.331,37	79.983.491,07

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL

NOTA 22 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstra a evolução do patrimônio líquido da entidade, por meio de suas mutações. No exercício de 2021, os recursos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC recebidos totalizam o valor de R\$ 151.594.973,87. Conforme Nota 15.2, o saldo dos recursos AFAC recebidos no exercício de 2020 não foram capitalizados, o que resulta em um saldo acumulado de R\$ 464.437.802,16.

Em relação a Ajustes de Exercícios Anteriores, a Codevasf efetuou a cobrança retroativa de títulos de Tarifa D'Água K1 referente ao exercício de 2020, conforme Nota 4, totalizando R\$ 8.121.223,64.

NOTA 23 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, instituída pela Lei nº 11.638/2007, foi elaborada de acordo com o Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 03/2008. A Codevasf utiliza o método indireto.

I – Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais: São basicamente derivados das principais atividades da Codevasf, com destaque para:

a) Outros débitos (riscos fiscais): Por se tratar de provisão, não afeta diretamente o Caixa da Empresa. No período houve reversão da provisão de riscos.

b) Duplicatas a Receber: O aumento decorre do faturamento da Tarifa D'Água K1, para os exercícios de 2021 (proporcional até o 2º trim) e de 2020 (integral. Vide Nota 22).

b) Fornecedores: O aumento decorre da aquisição de máquinas, equipamentos e serviços para as ações da Codevasf, no âmbito dos novos Escritórios de Representação nos estados de Goiás e Tocantins e despesas com o Perímetro Público de Irrigação de Itaparica.

c) Outros Débitos/Contas a pagar – Curto Prazo: Aumento substancial decorre dos recursos recebidos a título de Termos de Execução Descentralizada – TED, no valor de R\$ 242.311.988,52, consignações no valor de R\$ 1.655.802,99 e, redução com Transferências Discricionárias a Pagar, no valor de (R\$ 6.189.093,10).

NOTA 24 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, instituída pela Lei nº 11.638/07 para as companhias de capital aberto, foi elaborada de acordo com o Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 09/2008.

A DVA tem por objetivo proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela empresa em determinado período e sua distribuição.

NOTA 26 – PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE: CODEVASF-SAÚDE

A Codevasf oferece aos seus empregados e dependentes o Programa de Assistência à Saúde, voltado para o atendimento das despesas assistenciais de natureza médica, odontológica e hospitalar, com regras definidas na Resolução nº 701, 14 de dezembro de 1999.

O Programa objetiva proporcionar, aos empregados da Companhia e seus dependentes, assistência à medicina preventiva e de recuperação da saúde. No 2º trim/2021, a Empresa repassou ao programa Codevasf-Saúde o total de R\$ 4.497.789,12. Em contrapartida, o valor recebido dos empregados, no mesmo período, foi de R\$ R\$ 4.276.695,67.

NOTA 27 – ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A CODEVASF é instituidora da Fundação São Francisco de Seguridade Social – FSFSS, entidade fechada de previdência complementar, de direito privado e sem fins lucrativos, que tem por finalidade instituir e administrar Planos de Benefícios de caráter previdenciário, acessíveis aos empregados da Patrocinadora. São administrados 03 (três) planos, sendo 01 (um) em regime de saldamento.

No 2º trimestre de 2021, o repasse a título de contribuições mensais efetuadas para a FSFSS foi de R\$ 3.827.388,95, da participação dos empregados e de R\$ 4.412.649,82, da participação da Codevasf. Em relação ao saldamento, o valor repassado à Fundação foi de R\$ 1.842.067,49, cujo saldo devedor, ao final do respectivo período, é de R\$ 36.895.871,93, restando 69 parcelas.

MARCELO ANDRADE MOREIRA PINTO
Diretor-Presidente
CPF: 008.261.025-81

DAVIDSON TOLENTINO DE ALMEIDA
Diretor de Revitalização
CPF: 588.656.244-34

ANTÔNIO ROSENDO NETO JÚNIOR
Diretor de Desenvolvimento Integrado
CPF: 250.692.763-87

LUIS NAPOLEÃO CASADO ARNAUD NETO
Diretor dos Empreendimentos de Irrigação
CPF: 239.274.374-68

HEVERTON PERDIGÃO LUCAS DA COSTA SOUZA
Contador CRC-DF 014.144/0-1
CPF: 561.118.271-20